

AS MULHERES NO MOVIMENTO INDÍGENA DE OIAPOQUE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS EM MUTIRÃO

ARIANA DOS SANTOS¹
UNIFAP

TADEU LOPES MACHADO²
UNIFAP

RESUMO: *Este trabalho busca refletir sobre o envolvimento das mulheres indígenas de Oiapoque no movimento indígena mais amplo, regional e nacional. Para tal, será necessário resgatar sucintamente a história do movimento indígena no Brasil e na região de Oiapoque, para entender que, embora não aparecendo em muitos discursos, a organização das mulheres nasceu no bojo dos processos organizativos mais amplos dos indígenas no Brasil. A segunda parte do artigo propõe uma análise da trajetória da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão – AMIM – uma entidade formal, criada legalmente no ano de 2006, mas pensada e estimulada desde a década de 1980. A partir desta reflexão aponta-se para a necessidade de construir discursos a respeito das mulheres que consigam refletir sobre sua atuação no cenário social, político, econômico, não como personagens estáticas e amorfas dos processos sociais, mas como protagonistas, ao lado da figura masculina, de sua história e da história de seu povo.*

PALAVRAS-CHAVE: *movimento indígena; mulheres; AMIM; Oiapoque.*

ABSTRACT: *This paper seeks to reflect on the involvement of Oiapoque indigenous women in the broader, regional and national Indigenous movement. To do so, it will be necessary to succinctly recount the history of the Indigenous movement in Brazil and the Oiapoque region, to understand that, although not appearing in many discourses, women's organization was born in the bosom of the broader Indigenous organizational processes in Brazil. The second part of the article proposes an analysis of the trajectory of the Association of Indigenous Women in Mutirão - AMIM - a formal entity, created legally in the year 2006, but thought and stimulated since the decade of 1980. Based on this reflection, it is necessary to construct discourses about women which reflect on their performance in the social, political and economic scenario, not as static and amorphous characters of social processes, but as protagonists, alongside the male figure, of their history and the history of their people.*

KEYWORDS: *Indigenous movement; women; AMIM; Oiapoque.*

¹ Mulher indígena Karipuna do Amapá, ex-presidente da Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM). Graduada em Licenciatura Intercultural Indígena, com ênfase em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: arianadsantos34@gmail.com.

² Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFGPA). Professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: tlopesm@hotmail.com.

1 Introdução

O presente trabalho pretende fazer uma análise da organização e atuação política das mulheres indígenas da região de Oiapoque, município do estado do Amapá, Brasil, a partir da consolidação da Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM), criada no ano de 2006. Para tanto, inicialmente, será necessário organizar a análise de acordo com uma perspectiva histórica do movimento indígena no Brasil e no Oiapoque, conduzindo a reflexão ao entendimento que o movimento das mulheres, embora contendo elementos pontuais e particulares referentes à questão de gênero, está também vinculado às questões gerais da luta dos indígenas por reconhecimento e conquista de direitos.

A criação da AMIM foi fruto da articulação das mulheres indígenas do Oiapoque que buscavam se organizar para valorizar e dar autonomia ao trabalho feminino indígena e assim garantir melhores condições de retorno financeiro para ajudar no sustento de suas famílias. Embora a Associação tenha sido criada em 2006, a articulação das mulheres nesse sentido começou bem antes, por volta da década de 1980, quando algumas indígenas procuraram a irmã Rebecca Spires para conversar sobre a possibilidade de haver ajuda do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na oferta de cursos na área de corte e costura, e pintura de tecidos.

No período da década de 1980 os indígenas da região de Oiapoque já estavam inseridos na articulação nacional do movimento indígena e já haviam realizado sua primeira assembleia regional. Dessa forma, também embaladas pela busca de autonomia e reconhecimento para os povos indígenas, as mulheres não ficaram alheias ao movimento, mostrando que também podiam ajudar na construção de novas perspectivas para os indígenas no Brasil.

O presente trabalho é fruto de alguns aprofundamentos reflexivos a partir do Trabalho de Conclusão de Curso da primeira autora desse artigo, Ariana dos Santos, indígena karipuna da região do Oiapoque, defendido em 2016 no curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Trata-se de uma abordagem sobre os significados e o impacto da criação da AMIM para a construção social da mulher indígena a partir de sua atuação política.

Até a década de 1980 era incipiente a pesquisa antropológica que dialogava com a perspectiva de valorização da figura feminina como elemento de destaque na participação da vida social. Por ser uma ciência que ainda tinha uma baixa participação feminina em sua condução, fruto da herança patriarcal que atingiu não só a ciência, mas também a política e os demais espaços e assuntos públicos (BLAY; AVELAR, 2017), a antropologia, conduzida na sua maioria por homens, ainda que de forma inconsciente, descrevia as sociedades pesquisadas a partir da percepção

masculina (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1981, p. 16). Com efeito, essa problemática passa a ser enfrentada a partir de novas perspectivas metodológicas comprometidas política e epistemologicamente com o papel e a importância das mulheres na construção da vida social.

Baseado na dinâmica de entender o espaço das mulheres indígenas construído por elas mesmas, o presente artigo se lança como uma possibilidade de colaborar nessa perspectiva do reconhecimento da atuação constante das mulheres na construção de suas sociedades.

Para elaborar tal reflexão, além das leituras bibliográficas sobre o movimento indígena no Brasil, também foi fundamental o estudo e análise dos documentos do movimento indígena do Oiapoque, tais como os relatórios de assembleias gerais dos povos indígenas do Oiapoque e o estatuto da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM). Também foram feitas entrevistas com algumas mulheres que participaram do processo de articulação do movimento indígena desde sua criação no Oiapoque, assim como de outras que atualmente militam no movimento. Contudo, a experiência vivida e acumulada pela primeira autora desse artigo, como presidente da AMIM por dois anos (2009-2010) e, atualmente, participante ativa da organização, foi fundamental para a construção das narrativas que compõem esse trabalho.

2 Para início de conversa: um breve histórico do movimento indígena a partir de 1970 no Brasil

As mobilizações indígenas que ocorreram no final do século XX foram permeadas por demandas relacionadas ao território indígena. Antonio Carlos de Souza Lima (2005) demonstra que as terras indígenas sempre estiveram sob o ordenamento do governo brasileiro, que criava mecanismos para “conceder” espaços territoriais aos indígenas sem que esses tivessem total autonomia sobre o solo para atender suas necessidades integrais.

O movimento indígena que começa a se constituir durante a década de 1970 se coloca em uma posição diferente das políticas indigenistas oficiais do Estado brasileiro desenvolvidas até então. Para isso, uma das estratégias do movimento nascente era se desatrelar do regime tutelar, buscando autonomia e independência para que as reivindicações de direitos para os campos da educação, saúde, território e demais serviços voltados especificamente para as populações indígenas fossem atendidas com qualidade e respeitando as tradições específicas de cada povo (OLIVEIRA FILHO; FREIRE, 2006).

Durante muito tempo os indígenas foram manipulados pelo governo brasileiro, que tinha a intenção de negar seus direitos, tentando integrá-los à sociedade nacional, desrespeitando suas formas de organização. Essa integração previa o reconhecimento da diversidade étnica no país, porém também previa a anulação de tal diversidade,

buscando construir uma única identidade nacional (GRUPIONI, 2001, p. 41).

A política de assimilação desenvolvida há anos pelo governo brasileiro foi o estopim para a intensificação do movimento indígena. A partir daí várias lideranças, inconformadas com a política de integração, começaram a participar de grandes movimentos com o propósito de reverter essa situação. Nesse sentido, várias entidades de apoio aos povos indígenas foram sendo criadas, como afirma Daniel Munduruku (2012, p. 209).

João Pacheco de Oliveira Filho e Carlos Augusto da Rocha Freire (2006) dizem que no ano de 1974 ocorreu a primeira Assembleia Nacional de Líderes Indígenas, na Missão Anchieta, localizada na cidade de Diamantino (MT), apoiada e organizada pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI. Nesse período o CIMI teve importante papel, apoiando dezesseis Assembleias Nacionais de Povos Indígenas. Seu apoio foi fundamental para que os eventos ocorressem, já que, estando em pleno regime militar, o governo dificultava ou impedia a participação indígena e até mesmo a realização das assembleias. Necessário notar que até nos dias atuais o CIMI tem estado ao lado das reivindicações indígenas; como reconhece Gersem Baniwa (2006, p. 72), “o CIMI tem o importante papel político de articulação, apoio, divulgação e denúncia de questões relativas à violação dos direitos indígenas, e é um importante aliado dos movimentos indígenas”.

Essas primeiras assembleias gerais dos povos indígenas que ocorreram no Brasil foram de grande importância. Elas não só serviram como linha de ligação entre os povos de várias regiões do Brasil, como também a partir delas os próprios indígenas passaram a ter maior conhecimento da diversidade de povos, cultura, línguas, crenças entre outros aspectos (OLIVEIRA FILHO; FREIRE, 2006, p. 193).

A partir da forte experiência do movimento reivindicatório constituído na década de 1970, os indígenas do Brasil começaram a criar suas organizações representativas para continuar a articulação do movimento indígena perante os povos e organizações indígenas e não indígenas nacionais e internacionais.

O conceito de movimento indígena para os próprios indígenas, de acordo com Baniwa (2006, p. 58), “é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos”. Ou seja, existe um objetivo em comum dos movimentos indígenas, mas sua organização se dá de forma diversificada, uma vez que o conceito de movimento indígena é organizado segundo a vivência e a visão política dos próprios indígenas, o que propicia várias formas de movimento, já que é estruturado por uma diversidade de povos com posicionamentos políticos internos diferentes entre si, e que a partir da estratégia de se unirem para reivindicar seus direitos passaram a ter força e adquirir apoio da sociedade civil organizada.

A partir desse aspecto, é necessário destacar que os povos indígenas têm duas maneiras de se organizar. Segundo Baniwa (2006, p. 62), os povos indígenas se organizam em suas formas tradicionais e a partir de 1970 adotaram também a organização formal.

As organizações tradicionais seguem as regras e as tradições de cada povo. Suas formas de chefias são autorizadas pela própria comunidade, e o diálogo interno é fundamental para a busca da resolução de conflitos e de suas pautas específicas locais. Já a organização formal atende ao apelo do estado de direito, obedecendo as convenções do país, o qual estabelece exigências legais para a regulamentação e posterior reconhecimento da entidade perante a sociedade e as instituições sociais (BANIWA, 2006, p. 64).

Portanto, devemos entender o movimento indígena como um fenômeno complexo e que busca atender às demandas dos povos indígenas, dialogando não somente com a institucionalização de entidades formais, mas principalmente criando vínculo e respeitando as perspectivas produzidas a partir das formas tradicionais que caracterizam a organização de cada povo.

O líder indígena Daniel Munduruku costuma dizer que no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer *Índios em movimento*. Ele tem certa razão, pois não existe no Brasil um movimento indígena. Existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo ou cada território indígena estabelece e desenvolve o seu movimento (BANIWA, 2006, p. 59).

O nascimento de organizações formais a partir da década de 1970 propiciou ampliar a visibilidade sobre o conjunto geral das demandas dos povos indígenas, forçando assim a conquista de direitos. No entender de Baniwa (2006, p. 59) o surgimento do movimento indígena nesse período, a partir da articulação das organizações formais, lideranças e diversos povos, objetivou uma agenda de interesses comuns, que afetava todos os povos indígenas do Brasil.

A partir do momento em que as lideranças indígenas começaram a se despertar para a importância do movimento indígena, houve muitas mudanças. Daniel Munduruku (2012) destaca o caráter pedagógico do movimento indígena no Brasil, pois com sua organização vários direitos foram conquistados e em decorrência dessa atuação os indígenas passaram a se apropriar dos assuntos formais dos brancos, fazendo com que o entendimento indígena a respeito da política dos brancos passasse a ser mais compreensível.

É importante salientar que durante o início do movimento indígena as lideranças enfrentaram diversas dificuldades. Entretanto, em momento algum chegaram a desistir. Mesmo o governo desenvolvendo estratégias políticas contrárias aos direitos indígenas, essas lideranças não mediram esforços para enfrentar as adversidades.

De acordo com os dados apresentados por Baniwa (2006, p. 67), existem hoje no Brasil mais de 700 organizações indígenas formais de diferentes níveis (comunitárias, locais e regionais) e naturezas (de povos, de categorias profissionais, geográficas, de gênero, sindicais, etc.). Isso demonstra o quão importante foram as intervenções indígenas de 1970 para a organização de entidades que buscam impulsionar lutas em muitas esferas e em diversos espaços da vida dos povos indígenas do Brasil.

3 Os indígenas do Oiapoque embarcam nas mobilizações

Localizado no norte do estado do Amapá, extremo norte do Brasil, fronteira com o Departamento Ultramarino da França (Guiana Francesa), o Oiapoque é um município que em seu território abriga três terras indígenas contíguas, legalmente demarcadas e homologadas, denominadas Uaçá, Juminã e Galibi. Quatro povos indígenas dividem entre si a ocupação dessas terras: Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi Kalinã, totalizando no geral 37 aldeias e uma população de aproximadamente seis mil pessoas⁴.

Mesmo compartilhando o território, cada povo indígena dessa região tem seus próprios costumes, suas crenças, sua língua, o que os diferenciam como grupos étnicos. Porém, além do território, compartilham também de objetivos de futuro em comum, o que leva a se unificarem, respeitando suas diversidades, para construir seus projetos em conjunto no campo da educação, saúde, território, meio ambiente, entre outros. Essas demandas são sempre discutidas nas assembleias e outras reuniões do movimento indígena do Oiapoque.

A organização política dos povos indígenas do Oiapoque teve início já na década de 1970. Nessa época, assim como em nível nacional, a principal preocupação era com relação às terras que ainda não estavam demarcadas e eram frequentemente invadidas por não indígenas. Nesse sentido, as lideranças começaram a se preocupar com o problema e passaram a exigir apoio da recém-criada Fundação Nacional do Índio (Funai), que atuava nos Postos Indígenas (PI) das principais aldeias, para que as providências necessárias para a regularização territorial fossem tomadas.

Seguindo o exemplo do movimento indígena nacional da época, as lideranças buscaram apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), representado na região por padre Nello Ruffaldi, o qual ajudou a mobilizar e organizar os povos indígenas do Oiapoque, sendo que o mesmo se tornou uma referência para o movimento e um grande aliado das lideranças indígenas.

Segundo O Mensageiro⁵ (CIMI, 1997), foi a partir das assembleias de lideranças indígenas que iniciaram em 1974, idealizadas pelo CIMI,

⁴ Segundo censo do IBGE de 2010. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>.

⁵ Jornal de circulação do CIMI.

mas que depois foram assumidas pelos próprios indígenas, que vários povos que não tinham contato entre si passaram a socializar seus problemas e descobrir formas articuladas para solucioná-los.

Com o intuito de assegurar seus direitos, as lideranças indígenas do município de Oiapoque começaram a se unir e participar do movimento indígena em nível nacional. Estiveram presentes na segunda assembleia nacional, realizada em Cururu no estado do Pará, em 1975, o líder karipuna Manoel Primo dos Santos e o líder galibi-kalinã Geraldo Lod, acompanhados do padre Nello Ruffaldi.

Depois da participação nas assembleias nacionais, as lideranças indígenas do Oiapoque passaram a idealizar a realização de uma assembleia regional dos povos indígenas de Oiapoque. Tassinari (2003, p. 375) afirma que a Funai na época também incentivou os Galibi-Marworno na realização e participação da assembleia regional.

Dessa forma, incentivados pelo movimento nacional e embalados por uma pauta comum de reivindicação, os povos indígenas do Oiapoque promoveram sua primeira assembleia, realizada na aldeia Kumarumã, povo indígena Galibi-Marworno, nos dias 22 e 23 de setembro de 1976. O evento contou com a participação dos líderes e demais representantes de cada aldeia, bem como a presença dos representantes dos três postos indígenas da Funai e do representante do CIMI.

Nessa primeira assembleia foi priorizada com atenção a questão da demarcação da reserva indígena da região de Oiapoque. Essa pauta se impunha em função das constantes invasões de não indígenas nas proximidades das aldeias, praticando a pesca, a caça e usufruindo da própria terra, bem como a preocupação em decorrência da construção da BR-156 que estava chegando ao Oiapoque, a qual cortava ao meio o território indígena, e que neste caso poderia trazer sérios problemas para esses povos.

O território indígena foi a pauta única da primeira assembleia dos povos indígenas do Oiapoque. Do evento saiu redigida uma carta endereçada ao presidente da Funai, solicitando urgentemente a demarcação da reserva indígena, como nos mostra um trecho do documento contido no relatório final da assembleia:

Senhor presidente até agora assistimos a invasão ilimitada da nossa reserva como a instalação de uma fazenda de bufalinos perto da aldeia Galibis, bem como, invasão de caça e pesca, também poderemos ter conflitos e sofrer sérios problemas trazidos para a nossa área logo que a rodovia BR 156 esteja transitada e as terras loteadas, apresentamos o pedido no sentido de V. excia tomar as providências para que nossa reserva seja demarcada (RELATÓRIO ASSEMBLEIA, 1976, p. 2).

A primeira assembleia foi um marco histórico, podendo ser considerada como o início efetivo do movimento indígena unificado na região de Oiapoque. Tendo em vista que as assembleias sempre tiveram

o propósito de ajudar as lideranças a se organizarem melhor nas lutas, e assim obterem êxito na conquista de seus direitos, a assembleia que ocorreu na aldeia Kumarumã teve grande importância para os quatro povos da região, que a partir de então começaram de fato a se organizar politicamente para além de suas aldeias.

A década de 1980 foi marcante para todos os povos indígenas do Brasil. Várias lideranças indígenas do Oiapoque também participaram ativamente na mobilização indígena em Brasília nos meses de março e abril de 1988, a fim de conquistar seus direitos na nova Constituição. A partir de então, o movimento indígena da região de Oiapoque se intensificou ainda mais, tanto é que após a promulgação da Constituição com vários direitos assegurados, já na década de 1990, os povos indígenas do Oiapoque conquistaram a regulamentação de seu território. No dizer de Tassinari (2003, p. 377), “nos anos de 1990 a organização indígena rendeu vários frutos, os quais trouxeram novos rumos às assembleias”.

O fruto mais importante e resultado de muita luta foi a homologação definitiva de todas as três reservas indígenas em 1992, o que fez os povos indígenas ficarem mais tranquilos sobre a fiscalização de seus territórios, assim garantindo mais força e autonomia para os povos indígenas. Também em 1992 houve a criação da Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque (APIO), que surgiu com o intuito de representar os quatro povos indígenas do Oiapoque (GALLOIS; GRUPIONI, 2009, p. 84).

Depois da criação da APIO o movimento indígena se estruturou com mais força, e isso fez com que sua organização articulasse cobranças incisivas ao Estado. Pelo fato de ser uma associação representativa dos quatro povos, as reivindicações de implementação de direitos eram mais respeitadas por parte do governo do estado. Portanto, as demandas passaram a ser resolvidas com mais agilidade.

No entanto, outras associações foram aos poucos sendo criadas. Por exemplo, em 2002, a Associação Galibi-Marworno (AGM); em 2005, a Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque (OPIMO); em 2006, a Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM); e ainda em 2006, a Comissão de Representantes dos Povos Indígenas do Oiapoque (CRPIO), a qual mais tarde passou a se chamar Conselho dos Caciques das Terras Indígenas do Oiapoque (CCPIO). E mais recentemente foram criadas outras organizações internas representativas de três povos: em 2009, a Associação Indígena Palikur (AIPA); também em 2009, a Organização Indígena da Aldeia Kumarumã (OINAK); e em 2010 foi criada a Associação Indígena Karipuna (AIKA).

Vale ressaltar que, de todas as organizações indígenas do Oiapoque, a mais conceituada foi a APIO, por ter firmado vários convênios com o governo do estado do Amapá e com várias instituições, inclusive instituições internacionais, o que acabou resultando na concretização de vários projetos.

O governo do estado passou a financiar projetos em todas as áreas sociais, ficando a cargo da APIO estabelecer as prioridades, gerenciar os projetos[...]. Para ter uma ideia do volume de trabalho realizado em parceria com o Governo do estado do Amapá, em cinco anos a APIO construiu 14 escolas, 5 centros comunitários, 13 alojamentos para professores não índios, um alojamento para índios em trânsito em Oiapoque. Reformou e ampliou a casa de saúde do índio em Oiapoque, adquiriu 17 aparelhos de radiofonia, um carro para a casa de saúde do índio, um caminhão com capacidade para transportar até 12 toneladas da produção agrícola das aldeias para o Oiapoque. E ainda gerenciou o projeto de formação de professores Palikur (RICARDO, 2000, p. 393).

Como resultado da organização política dos povos indígenas do Oiapoque, se destacam alguns dos frutos considerados importantes que foram conquistados, graças ao esforço e empenho das lideranças, como: a demarcação e homologação das três terras indígenas, Uaçá, Juminã e Galibi, a criação do Museu dos Povos Indígenas de Oiapoque, o curso de Licenciatura Intercultural Indígena, ofertado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e o curso de formação de professores indígenas em nível médio, entre outros.

Também nos dias atuais os povos indígenas estão mais representados, tanto em nível estadual como federal, nas escolas indígenas, postos de saúde e organizações representativas do estado como, por exemplo: Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI), Núcleo de Educação Indígena (NEI), Casa de Saúde Indígena (CASAI), Funai, entre outros.

Apesar da organização política bem estruturada, é importante destacar que os povos indígenas da região de Oiapoque ainda estão enfrentando alguns obstáculos, como o crescimento da população no entorno da área indígena, a invasão para extração de madeira, caça e pesca, bem como a pavimentação da BR-156, a construção da ponte binacional, a chegada da internet banda larga e outros que podem gerar impactos socioculturais e ambientais negativos.

Diante do exposto, se percebe que as lideranças dos povos indígenas da região de Oiapoque estão politicamente organizadas. Entretanto, ainda têm algumas barreiras a enfrentar, ou seja, alguns projetos de futuro ainda estão em processo de conquista, o que requer atuação cotidiana em massa no enfrentamento das demandas.

4 E as mulheres?; não estavam no movimento?

Como indicamos linhas atrás, o início do movimento indígena no Oiapoque se deu com as realizações das grandes assembleias que

reuniram os quatro povos indígenas da região. Conforme a memória de algumas mulheres que acompanharam o movimento indígena na região desde sua criação⁶, na década inicial, somente os homens eram os líderes, a quem eram franqueadas as falas e decisões. As mulheres ficavam somente nas conversas paralelas, na parte do serviço da cozinha e cuidando da família. Era sempre assim, elas não tinham vez nem voz para expressar suas ideias ou sentimentos naquela época.

Contudo, a partir da década de 1980 as mulheres indígenas do Oiapoque ganharam uma forte aliada. Com a chegada de uma missionária do CIMI, conhecida como irmã Rebecca Spires, as mulheres passaram a ser incentivadas a participar, se envolver e também tomar a frente no movimento indígena.

Segundo as informações da irmã Rebecca⁷, logo de início houve a organização de pequenas reuniões de mulheres realizadas nos rios Uaçá, Urucaú e Curipi, sendo que no Rio Urucaú tinha que ter tradutor, porque as mulheres não falavam a língua patois nem português. Falavam somente a língua palikur (*parikwaki*). Nesses encontros as mulheres sempre conversavam sobre seus problemas familiares e trabalhos do dia-a-dia, tanto de casa como da roça; era um momento onde as mulheres trocavam ideias acerca das dificuldades enfrentadas. Com o passar do tempo, através do pedido das mulheres, o CIMI ofertou alguns cursos específicos para as mulheres indígenas, tais como: corte e costura, e pintura com desenhos no pano, além de encontros recorrentes para proferir palestras sobre saúde da mulher, cuidados e prevenção, e oferta de oficinas para confecção de artesanatos, utensílios e outros objetos para uso pessoal e comercialização.

O primeiro curso que o CIMI conseguiu realizar foi de corte e costura. Na época, as mulheres mais velhas, como dona Alexandrina, conhecida como Xandoca, dona Hilária, dona Joaquina e Alice, todas indígenas Karipuna, foram as primeiras participantes do curso.

De acordo com informações de dona Xandoca, os cursos eram realizados na cidade de Oiapoque, na casa do CIMI, com duração de um mês e meio. O CIMI expedia certificados e, assim que terminavam os cursos, as mulheres retornavam às suas aldeias. Quando encerraram esses primeiros cursos, foram acontecendo encontros maiores com as mulheres, que envolviam estudo religioso, social e principalmente sobre o papel da mulher na sociedade indígena. Tudo isso serviu como base para a organização das mulheres, tanto é que naquele período os encontros eram denominados de encontro de *fam que fam* (mulher com mulher), ou ainda *mauihi bõ nuvel* (mutirão de boas notícias), onde no final dos encontros elas faziam relatórios e álbuns de fotografias. Esses encontros foram sendo de grande importância para as mulheres

⁶ No ano 2015 foram realizadas entrevistas por Ariana dos Santos com algumas mulheres que estiveram presentes desde o início no movimento indígena na região de Oiapoque. Entre elas está dona Xandoca, que é considerada a matriarca do povo indígena Karipuna do Amapá.

⁷ Informações pessoais obtidas através de entrevista por Ariana dos Santos em 2015, em função da construção de seu Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Intercultural Indígena.

indígenas, porque foi a partir daí que elas foram ganhando visibilidade, e mais, os encontros realizados faziam com que elas se sentissem dignas como mulheres, de acordo com o depoimento de dona Xandoca.

A partir desses encontros contínuos, as mulheres propuseram a criação da AMIM, que, com a ajuda de irmã Rebecca, foi institucionalizada e legalmente regulamentada. E eis que, depois de construir todas as articulações, as mulheres fizeram a primeira assembleia geral de mulheres indígenas na cidade de Oiapoque, no salão paroquial, com a presença de 29 mulheres dos quatro povos. Nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006, fundaram a Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão. Durante esses três dias, aprovaram o estatuto, nomearam os membros da diretoria e conselho fiscal. No mesmo ano, a associação foi registrada legalmente, a qual buscava inicialmente, como propósito maior, legitimar e organizar o trabalho executado por essas mulheres.

No seu estatuto, os objetivos da AMIM se fundamentam em promover o respeito e a valorização das mulheres indígenas através da participação nos conselhos comunitários e lutar contra a humilhação, a discriminação, a opressão e a violência cometida contra as mulheres indígenas, além de aprimorar a mútua ajuda e melhorar a organização, a fim de contribuir de maneira ativa e específica para a vida da comunidade. Nesses objetivos já se observa uma proposta de intervenção da AMIM que vai além de seus critérios iniciais e busca a valorização da participação feminina na construção social e política dos povos indígenas.

Além desses objetivos, a AMIM busca privilegiar a educação e formação da mulher indígena. Para este fim, a associação prevê lutar por: privilegiar a formação e profissionalização das mulheres na parte de saúde: parteiras, especialistas em doenças sexualmente transmissíveis, prevenção das doenças próprias das mulheres; desenvolver a capacidade artística e cultural das mulheres indígenas com as atividades de artesanatos, tecelagem, cerâmica, corte e costura, e outras; trabalhar na formação das mulheres indígenas, promovendo cursos, seminários e palestras para capacitá-las no campo da administração, elaboração e gerenciamento de projetos, da política e no campo específico da condição feminina (ser mulher); cuidar para que a saúde das mulheres tenha atenção especial.

Contudo, a AMIM não se envolve somente com pontos específicos das mulheres, mas engloba em sua agenda pautas mais gerais do movimento indígena, tais como: promover a união, intercâmbio e respeito entre as etnias; desenvolver ações para a proteção, conservação e preservação da natureza; zelar pela produção, valorização e comercialização dos produtos indígenas: artesanato, agricultura, e extrativismo; manter intercâmbio e parceria com outras organizações indígenas e não indígenas em nível estadual, regional, nacional e internacional; representar e defender judicial e extrajudicialmente os interesses das mulheres indígenas, bem como o meio ambiente, a aldeia e o índio como consumidores e o patrimônio artístico, estético, histórico paisagístico e cultural.

A partir da criação da AMIM, as mulheres indígenas protagonizaram várias conquistas para si e para seu povo, tanto que em 2009, através de parceria firmada com a Funai e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), foi executada uma oficina de plantas medicinais com participação das mulheres indígenas residentes nas aldeias da BR-156. Ainda em 2009, as mulheres conseguiram nove máquinas de costura como doação, além de um computador de mesa e uma impressora. Já em 2011, a AMIM, em parceria com o Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque, realizou na aldeia Manga uma oficina de joalheria artesanal, havendo depois uma exposição dos trabalhos realizados pelas mulheres artesãs.

Atualmente as mulheres estão bem organizadas e cada vez mais garantindo seus espaços na sociedade de forma justa. Muitas mulheres indígenas são funcionárias públicas, artesãs, agricultoras, parteiras, costureiras, etc. Nota-se também que algumas mulheres estão assumindo cargos dentro da organização social indígena. Algumas são cacicas e estão participando em massa do movimento indígena local, regional e nacional.

A atuação das mulheres indígenas de Oiapoque no movimento indígena tem mostrado que o lugar do indivíduo feminino é também nos espaços políticos e de construção social. Portanto, nos dias atuais há o entendimento que também as mulheres são participantes dos acontecimentos que envolvem a vida dos povos indígenas do Oiapoque. A visibilidade que essas mulheres conquistaram com sua luta e organização foi capaz de fazer com que algumas delas se lançassem como candidatas a cargos eletivos no município, além de assumirem pastas no executivo das secretarias, coordenações, entre outros cargos de grande responsabilidade.

Os encontros entre as mulheres são recorrentes e a faixa etária do público que participa dos eventos é bem diverso, ou seja, participam mulheres idosas, senhoras e jovens. A união de suas forças se tornou imprescindível para superar situações negativas que sofreram no passado, quando não podiam expressar suas ideias e sentimentos. Hoje elas não ficam em silêncio ou somente cuidando das comidas nos encontros e assembleias indígenas. Essas são as mulheres que nos anos 1970 só olhavam de longe as reuniões dos homens e agora estão atuando significativamente na construção de um movimento indígena plural e mais forte.

4.1 Por que as mulheres indígenas do Oiapoque estão em mutirão?

A AMIM está estruturada pela participação das mulheres dos quatro povos indígenas do Oiapoque, Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kalinã e Palikur. O nome da associação faz referência a uma prática comum de

trabalho coletivo na região indígena do Oiapoque, o mutirão⁸. Essa atividade é utilizada principalmente para construir as roças nas proximidades das aldeias. Trata-se de uma forma de organização de trabalho comunitário utilizada por todos os povos indígenas da região. Tal trabalho pode ser utilizado para construção de casas, limpeza dos espaços comuns da aldeia, construção de roças e demais tarefas que necessitem de auxílio comunitário para a execução.

No caso das roças, trabalho mais recorrente das famílias indígenas que demanda mutirão, essa atividade é organizada pela família proprietária da roça, que faz o convite para as demais famílias do grupo local, e essas se responsabilizam em “dar as mãos”⁹ para quem fez o convite.

No primeiro momento, a família nuclear escolhe o local onde será feito o plantio. Logo depois, a mesma família faz o convite para os homens de algumas famílias que compõem a aldeia, marca o dia e o horário e então eles (os homens) vão ao local escolhido para realizar a roçagem. Depois de alguns dias, voltam para fazer a derrubada da mata e, depois de tudo seco, é feita a queima e a coivara. Semanas depois da coivara, há o plantio.

Para todos esses trabalhos, com exceção da queima, coivara e plantio, ou seja, para os trabalhos mais pesados, que precisam de maior força, portanto, que necessitam da ajuda de muitas pessoas, há o “convite” estendido para outras famílias que compõe a aldeia.

O fato social de “dar a mão” para construir algo do interesse comum representa uma forma de reciprocidade. De acordo com a lógica dos indígenas da região do Oiapoque, uma pessoa que não se interessa em contribuir, em ajudar uma família que o convida para o *mauhi* ou *mayuka*, esse não será merecedor de ajuda quando também necessitar das mãos dos outros (CAPIBERIBE, 2009, p. 214).

Não participar do mutirão também implica na possibilidade de não construir redes de sociabilidade com as outras pessoas. Implica em não se interessar pelas coisas da comunidade, em não se envolver com as questões sociais de seu povo. Portanto, ficará excluído da sociedade, não será bem visto no grupo e, se o mutirão for para limpeza dos espaços comuns da aldeia, o faltoso terá que cumprir uma punição.

Temos aqui um fenômeno que ocorre segundo a lógica da reciprocidade de Marcel Mauss ([1925] 2003). Estamos perante um “fato social total”, posto que o movimento de pessoas que organiza o espaço onde serão cultivados os produtos para serem consumidos e comercializados não está voltado para atender somente ao fator econômico, mas sim a vários outros fatores, que atravessam o sistema social desses indígenas, desde a sociabilidade até o sistema punitivo na aldeia.

⁸ *Mauhi* em patois, *maiuka* em parikwaki.

⁹ O mutirão é comumente traduzido pelos indígenas da região de Oiapoque como a atitude de “dar as mãos”, que pode significar o entrelaçamento dos envolvidos na ação pelo gesto da ajuda mútua.

Percebe-se que o mutirão apresenta importante significado para os indígenas da região do Oiapoque. Ele tem o poder de aliar as pessoas em detrimento de um objetivo comum. Os mutirões se caracterizam pelo vínculo que os envolvidos mantêm entre si, e esses vínculos são duradouros, uma vez que estão baseados no sistema de contraprestações adquiridas.

As mulheres da AMIM estão envolvidas entre si em mutirão, elas se organizam a partir de objetivos comuns e a proposta fundamental que as une é a possibilidade de garantir força para que suas necessidades sejam atendidas. Dessa forma, o envolvimento com os problemas comuns, que dizem respeito a todas as mulheres indígenas do Oiapoque, dão a possibilidade de enfrentá-los em conjunto.

O movimento de mulheres indígenas no Oiapoque, portanto, é comparado a um mutirão. E essa tarefa, vista como compromisso com as demandas gerais do grupo, gera uma responsabilidade individual das mulheres para estarem sempre envolvidas com as causas de seu povo e particularmente das próprias mulheres. Não participar do mutirão significa não honrar com uma atividade tradicional desses povos. Portanto, o significado da nomenclatura da AMIM é muito forte para as mulheres indígenas do Oiapoque.

5 Conclusão: As mulheres indígenas também estão na luta

O movimento organizado de mulheres indígenas na região de Oiapoque iniciou a partir de encontros informais na década de 1980, reuniões pensadas pelas próprias mulheres no intuito de desenvolverem suas técnicas de trabalho para ampliar a oferta de bens para a comercialização na cidade e assim gerar renda para ajudar no sustento da casa. Ou seja, assim como ocorreu em Roraima (de acordo com Ângela Sacchi (2003, p. 97), onde o movimento organizado das indígenas é muito anterior à constituição de organizações propriamente ditas, e, naquele território, as mulheres se reúnem desde 1986 para cursos de corte e costura, com a ajuda da Igreja Católica, o que possibilitou também a aglutinação das mulheres indígenas para se organizarem e atuarem em prol de suas pautas), a organização das mulheres indígenas do Oiapoque também foi iniciada mais de uma década antes da formalização da AMIM.

As mulheres indígenas são protagonistas no sustento e organização de suas famílias e do ambiente social. Embora em algumas etnografias essa percepção da mulher não seja reconhecida, como aponta Vanessa Lea (1994) ao analisar a descrição de Joan Bamberger que nomeia de “fracamente social” a participação das mulheres Mebengokre Kayapó em sua sociedade, as mulheres indígenas do Oiapoque, assim como dos demais povos, indígenas ou não, sempre estiveram envolvidas na construção da tessitura social a que pertencem. A participação das mulheres na produção da farinha de mandioca, principal excedente dos indígenas do Oiapoque, é muito relevante, visto que muitas tarefas da

produção ficam unicamente sob sua responsabilidade (MACHADO, 2017). Portanto, essas mulheres estão acostumadas a não ficarem na sombra dos homens, e consideram legítimo reivindicarem que sua presença seja percebida.

Assim como as mulheres indígenas da Região Sul se organizam politicamente para contribuir na vida econômica comunitária para que haja maior diversidade na produção e recursos econômicos que vão além da monocultura, conforme aponta Maria Inês de Freitas (2008, p. 48), as mulheres indígenas do Oiapoque, antes da constituição da AMIM e depois desta constituída, também procuram fortalecer a produção de produtos para serem comercializados e assim poderem ter mais autonomia financeira para sua família.

As oficinas incentivadas pelo CIMI, hoje também incentivadas por outras organizações que atuam na região de Oiapoque, são de grande importância para que os trabalhos executados pelas mulheres se tornem cada vez mais qualificados, o que resulta em bom retorno para essas mulheres.

No entanto, percebemos que a valorização do trabalho feminino não é a pauta única das mulheres indígenas dentro da AMIM. Segundo informações de mulheres indígenas da região que fazem parte do movimento, a criação de uma associação se deu pelo fato de que as mulheres tinham pouca atuação nos processos de negociação política dentro da aldeia e nas assembleias gerais dos povos indígenas. A associação significou uma forma de fazer com que as mulheres se inserissem no movimento, que suas vozes fossem ouvidas, que houvesse espaço para que elas também pudessem intervir nos momentos decisórios. As mulheres têm necessidades que precisavam ser manifestas, mas quem participava ativamente do movimento eram apenas os homens, e as mulheres ficavam recolhidas na cozinha, cuidando dos filhos e realizando outras atividades dentro da aldeia.

Artionka Capiberibe (2007, p. 84), ao construir uma narrativa da vida política dos Palikur do Urucaúá, aponta que as mulheres têm pouca participação nas reuniões da comunidade. Elas não conseguem ser caciques. No entanto, detêm o “controle doméstico do sistema político”, uma vez que a mulher do cacique pode forçar seu marido a deixar seu posto, se entender que tal cargo está lhe prejudicando. Essa percepção está baseada também na narrativa de Curt Nimuendajú (2000, p. 80, apud CAPIBERIBE, 2007, p. 84), que destaca um “espantoso regime de saias” das mulheres do Rio Urucaúá. O etnógrafo se refere ao domínio que as mulheres têm sobre os homens quando estes estão envolvidos nos processos políticos de sua aldeia.

Todavia, o que se percebe é que as mulheres não estavam satisfeitas em ficar somente nos bastidores. Seu ensejo era surgir para que todos pudessem constatar sua importância e assim reconhecer que as mulheres também fazem parte das engrenagens que movimentam a vida social.

A partir do momento em que as mulheres começaram a ingressar no movimento com bastante intensidade, estando presentes em reuniões locais, regionais e nacionais, passaram então a reivindicar seu espaço para expressar suas opiniões e fazer parte nas tomadas de decisões juntamente com as lideranças masculinas.

Nesse sentido, é evidente que a AMIM é uma associação de grande importância para as mulheres indígenas do município de Oiapoque, pois trata-se aqui de uma entidade que busca não apenas reformular o papel da mulher no movimento de articulação e resistência indígena, mas principalmente de atender a uma demanda que nasce da vontade e do entusiasmo das mulheres de estarem também “em movimento”, e não fixas, engessadas em suas tarefas domésticas cotidianas.

Para essas mulheres o seu lugar é também no movimento, mas muitas vezes isso foi negado na trajetória do movimento indígena do Oiapoque. De acordo com essas mulheres, os anseios, as necessidades e as ideias femininas não eram devidamente representadas. A AMIM significou a possibilidade de os anseios dessas mulheres ganharem visibilidade, como um espaço feminino de reivindicações, de aglutinação, de conversas e ideias de interesse comum das mulheres. Essa associação se tornou local em que as mulheres têm sua privacidade preservada, onde discutem os assuntos que são de grande importância para elas e juntas elaboram as ideias que irão conduzir sua intervenção dentro da sociedade de que participam. Nesse sentido, entende-se que as mulheres sentiam a necessidade de fazer parte nas tomadas de decisão, de dar opinião sobre sua situação e de falar o que estavam sentindo, mas não tinham espaço.

Para melhor desenvolvimento dos trabalhos dentro da associação, as associadas passaram a contribuir com uma taxa mensal, a qual serve para manter a entidade e ser aplicada nas necessidades do interesse das mulheres, principalmente para ajudar a custear os eventos organizados, como assembleia, oficinas, encontros, cursos e reuniões em geral. A associação não tem tantos parceiros para apoiar a realização dos projetos. A entidade ainda está em fase de organização financeira e patrimonial. Isso faz com que surjam algumas dificuldades na execução de muitos projetos.

Segundo as informações de irmã Rebecca, a AMIM enfrentou um grande desafio no primeiro ano, sem nenhuma verba e nenhum projeto de fora. Ao longo desses anos, a associação teve seus altos e baixos, mas, com o passar do tempo, foi tomando rumo. Desde o início de sua criação, tem passado por sérios problemas, como falta de apoio financeiro para desenvolver seus trabalhos, porém, aos poucos, foi superando-os; nesses últimos tempos, novamente a associação estava enfraquecida e isso fez com que muitos trabalhos e projetos fossem parados, inclusive muitas reuniões deixaram de acontecer.

Já a partir do ano de 2015, com a ajuda do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), que cedeu sua sede no município de Oiapoque, as participantes recomeçaram a se reunir com regularidade. Elas tomaram

a decisão de tocar em frente o projeto da associação e não deixar que a entidade enfraquecesse.

Todavia, mesmo enfrentado uma série de problemas, a associação teve resultados satisfatórios. De acordo com algumas mulheres envolvidas no movimento, algumas conquistas só foram possíveis após a criação da associação. O próprio fato de terem conseguido criar uma entidade representativa das mulheres indígenas já é por si só uma grande conquista. Também algumas destacam que as mulheres dentro do movimento, algumas cacicas, outras envolvidas com os acontecimentos decisórios de suas aldeias e povo em geral, também são episódios de grande relevância que devem ser destacados como mérito da força das mulheres organizadas na AMIM. Além de tudo, há também que se destacar o papel das oficinas, cursos, palestras, reuniões de formação em geral, onde as mulheres se envolvem e aprendem coisas novas para si e seus parentes.

As assembleias de mulheres da região, organizadas pela AMIM, sinalizam para o forte envolvimento das integrantes da associação para debater e discutir suas demandas. Em 2015 foi realizada a 6ª assembleia de mulheres indígenas na aldeia indígena Karipuna Açaizal, Rio Curipi, Terra Indígena Uaçá. Tal evento foi proposto para reorganizar a entidade e buscar as mudanças dentro da diretoria, além de apresentar para as demais mulheres participantes da AMIM a situação daquele momento. A assembleia aconteceu nos dias 04 e 05 de setembro de 2015, e contou com a participação das mulheres dos quatro povos indígenas do Oiapoque e outras indígenas convidadas de Altamira (PA), Parque do Tumucumaque e do povo Wajãpi, do Amapá. No total foram aproximadamente 130 participantes na referida assembleia.

Isso demonstra o quanto a associação está viva e atuante; mesmo com problemas internos, as mulheres não deixam enfraquecer o movimento. A luta das indígenas para ter seu espaço reconhecido com o intuito de serem vistas e ouvidas continua.

Atualmente as mulheres indígenas do Oiapoque participam efetivamente de todos os eventos que acontecem a respeito do movimento indígena, pois nesses espaços são discutidos e deliberados temas que estão relacionados à vida em geral dos povos indígenas do Oiapoque, tais como: educação, saúde, meio ambiente, território, entre outros. Portanto, a associação é de suma importância para que as indígenas se organizem e articulem suas ideias da melhor forma e em conjunto, ou seja, em mutirão.

As mulheres entendem que seu trabalho por reconhecimento é algo contínuo e que a associação tem um papel fundamental nessa tarefa. Elas entendem também que as conquistas que almejam são consequências de sua organização. Por isso, o espaço das mulheres deve ser ao lado dos homens, ajudando na organização política e perseverando no movimento indígena, que é uma das vias capazes de superar as opressões que historicamente sofrem.

Os movimentos indígenas iniciados a partir da década de 1970 foram luzes para os povos indígenas de todo o território brasileiro. Sua atuação foi crucial no sentido de integrar os indígenas não à sociedade nacional, mas a um grande movimento, plural e autônomo, que busca reivindicar suas demandas por reparação aos danos que historicamente esses povos vêm sofrendo.

Contudo, o nascimento de entidades associativas de mulheres indígenas, iluminadas pela vanguarda do movimento de 1970, passou também a reivindicar a participação feminina nos espaços de decisão política dos povos indígenas. A Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão, única entidade criada na região de Oiapoque que aglutina pessoas de acordo com o gênero feminino, é um dos exemplos de que as mulheres indígenas entendem que há necessidade de perceber que o espaço social não é construído somente por homens, mas as mulheres têm profunda participação nas decisões e nos processos de condução social.

Adicionalmente, a partir da análise do presente artigo, pode-se entender que, embora na década de 1980 tenham sido criadas somente duas entidades de mulheres indígenas no Brasil (AMARN – Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, e AMITRUT – Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracúá) (VERDUM, 2008, p. 06), as mulheres estão presente desde o início do movimento indígena, atuando nos bastidores mas também iniciando suas organizações formais. Ou seja, as mulheres não estavam alheias ao fervor das agitações políticas dos indígenas na década de 1970, elas buscavam se reunir e se organizar para tratar de assuntos próprios do gênero feminino, mas também para articular suas contribuições nos assuntos gerais relativos à reivindicação de direitos de seus povos.

Portanto, é imperativo afirmar que a atuação feminina no movimento indígena não se restringe e nem se inicia somente a partir da constituição de suas entidades organizativas de mulheres indígenas. É certo que essas entidades muito contribuem para um maior envolvimento, aglutinação e organização dessas mulheres, como é o caso da AMIM no Oiapoque, mas é necessário que se entenda que a mulher indígena atua em sua sociedade desde sempre, embora isso não seja dito em muitas abordagens acadêmicas a respeito do tema.

Referências bibliográficas

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2017.

CAPIBERIBE, Artionka. **Batismo de fogo: os Palikur e o cristianismo**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Nuti, 2007.

_____. **Nas duas margens do rio: alteridade e transformações entre os Palikur na fronteira Brasil/Guiana Francesa**. 2009. 425 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2009.

CIMI. Mensageiro, n. 105. Belém: jul.-ago., 1997.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e feminismo. In: FRANCHETTO, Bruna et al. **Perspectivas antropológicas da mulher**, v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. p. 11-47.

FREITAS, Maria Inês de. Mulheres indígenas e a luta por direitos na Região Sul. In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008. p. 47-54.

GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Fajardo. **Os povos indígenas no Amapá e norte do Pará**. 2ª edição, Rio de Janeiro. Ponto de cultura-Iepé/Iphan-MinC, 2009.

GRUPIONI, Luís Donisete Bensi (Org.). **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

LEA, Vanessa. Gênero feminino Mebengokre (Kayapó): desvelando representações desgastadas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 85-115, 1994.

MACHADO, T. L. **Na cidade vendo a farinha e de lá trago mercadoria e dinheiro para a aldeia: redes de sociabilidades e intercâmbio de bens dos indígenas Palikur na cidade de Oiapoque-AP**. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém: UFPA, 2017.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão de troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003[1925].

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade; LACED Museu Nacional, 2006.

SANTOS, Ariana dos; MACHADO, Tadeu Lopes. As mulheres no movimento indígena de Oiapoque: uma reflexão a partir da associação das mulheres indígenas em mutirão. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 67-86, jan./jun. 2019.

RELATÓRIO, Assembleia dos chefes e representantes dos povos indígenas da região de Oiapoque. 1ª Assembleia, Aldeia Kumarumã, 1976.

RICARDO, Carlos Alberto. **Povos indígenas no Brasil 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão e gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Antropológicas**, Recife, n. 7, v. 14, p. 95-110, 2003.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A identificação como categoria histórica. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARRETTO FILHO, Henyo Trindade (Orgs.). **Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED/CNPq/FAPERJ/IEEB, 2005.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. **No bom da festa**. São Paulo: Edusp, 2003.

VERDUM, Ricardo. **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008.

Recebido em: 10/03/2018 * Aprovado em: 12/10/2018 * Publicado em: 27/06/2019
